



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



CULTURA
ACADÊMICA
Editora

Competência Moral e Educação: algumas contribuições

Edneia Felix de Matos;
Maria Cristina da Silva Araújo Zuccoli

MATOS, E. F.; ZUCCOLI, M. C. S. A. Competência Moral e Educação: algumas contribuições. *In*: BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P.; PARENTE, E. M. P. P. R. **Estudos sobre competência moral**: propostas e dilemas para discussão. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 265-282. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p265-282>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

COMPETÊNCIA MORAL E EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES

Edneia Felix de Matos

Maria Cristina da Silva Araújo Zuccoli

Introdução

O presente capítulo visa apresentar questões relacionadas à competência moral e à educação. Para uma melhor compreensão do leitor, primeiramente apresentamos o conceito de competência moral, e para isso trazemos os autores Bataglia (2010) e Lind (2000). Apresentamos também o teste de juízo moral (MJT), avaliação elaborada para avaliar o nível de competência moral dos indivíduos. Por fim, são apresentadas possibilidades de promover a educação moral no contexto escolar.

Salientamos a necessidade de diferenciar os termos “educação” e “educação moral” apresentados no decorrer do texto, sendo o primeiro conceito relacionado ao processo de ensinar e aprender, já que de maneira geral a educação pode ser definida como o principal meio de transferir costumes, hábitos e valores de uma sociedade. O segundo termo segundo Muller e Alencar (2012), refere-se ao “[...] processo pelo qual os valores

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-220-8.p265-282>

deixam de ser leis impostas por agentes externos e convertem-se em diretrizes internas, legitimadas pela própria pessoa” (MÜLLER; ALENCAR, 2012, p. 456). Assim, a educação passa a ter como objetivo maior a formação de sujeitos autônomos e críticos, que possam cooperar para a construção de uma sociedade mais justa.

Nessa perspectiva, discutir questões de moralidade se torna de extrema importância nos dias atuais, tendo em vista que nos deparamos no cotidiano com questões de cunho moral nos noticiários televisivos.

Vivemos tempos de violência, desrespeito e intolerância na sociedade e a escola pública não está isenta dessa realidade, sentindo o reflexo desses problemas em seu dia a dia, deparando-se com inúmeras situações de incivildades, conflitos e hostilidades.

Nas últimas décadas a educação brasileira tem sido alvo de críticas e questionamentos por parte da sociedade sobre o seu desempenho na formação dos adolescentes, principalmente aqueles oriundos da escola pública. Os resultados de desempenho nas disciplinas de matemática e língua portuguesa estão muito aquém do ideal para essa faixa etária e, somado a isso, também nos deparamos com a ausência da sistematização nas escolas e efetivação de ações voltadas à formação moral dos estudantes, calcada em valores éticos universalizáveis.

Nesse contexto, são inúmeras as reclamações da comunidade escolar sobre a “crise de valores” em que se encontram os adolescentes. Percebemos fragilidades no que diz respeito à adesão de valores como os de justiça, solidariedade, respeito, compromisso e cooperação; valores esses fundamentais para o convívio no ambiente escolar e na sociedade. Por conseguinte, vivenciamos nas salas de aula das escolas públicas um clima desfavorável para que o processo de ensino-aprendizagem se concretize a

contento. As relações interpessoais estão desgastadas, e tanto professores como alunos coexistem em clima de apatia ou, em muitas vezes, de confronto.

Arelado a tudo isso, se faz necessário trazer o contexto social no qual estamos inseridos, em que com a facilidade de acesso às informações e com a popularização da internet ficamos informados de quase tudo que vem acontecendo no mundo nas áreas econômica, social e política, mas também ficamos estarecidos com as atrocidades praticadas pelos seres humanos em relação ao meio ambiente, às crianças, aos idosos, indígenas, negros, homossexuais e às mulheres, exemplos de práticas jamais concebidas para uma convivência justa, pacífica, respeitosa e harmoniosa almejada nos parâmetros de uma sociedade democrática ideal, em que todos tenham acesso à educação, trabalho, saúde e moradia digna. Com a pandemia da Covid-19, o cenário ficou ainda pior, fazendo avançar no Brasil o número de desempregados e, conseqüentemente, o de moradores de rua. São pessoas invisíveis pelo Poder Público e pela sociedade, entregues a sua própria sorte; a todo tipo de humilhação e privação de necessidades básicas.

Para agravar, a procura pelo poder e dinheiro estão tomando a frente das ações em detrimento do respeito mútuo, da dignidade e integridade das pessoas. Para obter lucro e prestígio exploram e passam por cima dos mais frágeis, vulneráveis e indefesos; nesse contexto, o importante é o ganho, custe o que custar. A individualidade também é uma marca da sociedade contemporânea, em que o que importa ao indivíduo é vencer na vida, mesmo que para isso precise passar por cima dos outros. A todo custo, a tônica é alcançar sucesso e prestígio, não se importando com as conseqüências que isso pode causar aos outros. O sucesso e o reconhecimento significam a aquisição de bens materiais, mesmo que esses

não tenham valor afetivo para a pessoa, sendo necessário adquiri-los para estar está na moda, pois quem os possui é visto como vencedor.

O cenário é desolador, porém existe um caminho possível de ser trilhado que contribuiria para a modificação desse quadro: a efetivação de uma educação com foco no desenvolvimento da competência moral, por meio de temáticas voltadas ao diálogo, respeito mútuo, tolerância, empatia, convivência democrática, justiça, solidariedade, dentre outros temas que englobem a ética e a sociedade. Desse modo, pretendemos formar crianças e adolescentes melhores para uma convivência pacífica e democrática, que respeitem as pessoas e as leis, que cuidem do meio ambiente com consciência e responsabilidade, que conheçam seus direitos e cumpram com seus deveres, estando preparados para tomarem decisões éticas frente aos conflitos do cotidiano.

De acordo com Vinha e Nunes (2018), vários estudos apontam o crescimento de *bullying*, indisciplina, violências, incivildades entre outros conflitos nas escolas públicas e privadas brasileiras. Esse aumento dos conflitos reflete negativamente, de modo a atrapalhar o bom andamento da escola no que diz respeito às relações interpessoais, acarretando assim resultados pedagógicos preocupantes.

Nesse sentido, faz-se necessário que os professores adquiram conhecimentos por meio de formações continuadas patrocinadas pelas Secretarias de Educação Municipal ou Estadual sobre como é possível promover o desenvolvimento moral dos educandos, de modo que sejam disponibilizadas estratégias e práticas assertivas com o objetivo de promover a discussão, reflexão e proposições de solução dos problemas cotidianos da sociedade brasileira, contribuindo assim para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, e conseqüentemente seu desenvolvimento moral.

A escola se configura como um espaço privilegiado de convivência e trocas entre professores, alunos e funcionários, pois reflete as questões e conflitos que estão presentes na sociedade. Com isso, esse espaço se torna um ambiente propício para a promoção do desenvolvimento moral dos sujeitos.

Tognetta e Vinha (2009) enfatizam que nesse espaço “[...] é preciso que a criança possa ter experiências de vida social para aprender a viver em grupo e a escola é um local muito apropriado para essas vivências” (TOGNETTA; VINHA, 2009, p. 39).

Para Santos e Trevisol (2016), no ambiente escolar a educação moral “constitui o ponto de partida para a busca e efetivação de propostas que favoreçam o desenvolvimento da moral, de maneira que essa construção não seja percebida como momentânea, mas permaneça como elemento norteador das ações de cada aluno.” (SANTOS; TREVISOL, 2016, p. 20).

Nesse sentido, a disciplina “Competência moral: o que é e como ensina-la (?)”⁷ nos ofereceu maiores esclarecimentos sobre o tema em questão, e com isso pudemos compreender melhor o conceito de competência moral e como possibilitar que os indivíduos a desenvolvam.

Segundo Bataglia (2010) Georg Lind desenvolveu um instrumento denominado Moral Judgment Test (MJT) – Teste de Julgamento Moral –, instrumento este que serve para identificar o nível de moralidade dos indivíduos.

7 Disciplina apresentada no Programa de Pós-graduação em Educação Unesp/Marília/SP, ministrada pela Pr^a. Dr.^a Patrícia Unger Raphael Bataglia.

Em relação ao MJT Bataglia (2010) esclarece que tal recurso:

[...] propõe uma tarefa moral e não simplesmente mede a atitude do sujeito. Muitas tarefas morais podem ser imaginadas para avaliarmos a competência moral do sujeito, mas poucas são factíveis e/ou válidas. Medir a resistência a tentação do sujeito ao roubo, induzindo-o a roubar, por exemplo, parece pouco ético. Verificar se um sujeito ajuda a alguém em dificuldade, não garante o valor moral do ato (ou decisão) uma vez que as razões poderiam ir da busca de autopromoção até um princípio universal, passando por obediência a um código externo, busca de aprovação dos pares, etc. (BATAGLIA, 2010, p. 85).

Portanto, percebemos que a principal tarefa do referido instrumento é confrontar o sujeito com contra-argumentos; com isso, de acordo com as reações deles no que se refere aos argumentos favoráveis à sua decisão nos será mostrado sua preferência por um determinado nível. Isso possibilita compreendermos em qual nível de desenvolvimento moral os indivíduos se encontram e assim poderemos desenvolver um trabalho na escola que contemple as necessidades destes, promovendo práticas educativas que possibilitem seus desenvolvimentos morais.

Competência Moral

A disciplina em questão nos possibilitou conhecer melhor o conceito de competência moral, que segundo Bataglia (2010) Lawrence

Kohlberg foi o propulsor a utilizar tal conceito em 1964. A autora esclarece que o termo em questão se refere:

[...] “como “a capacidade de tomar decisões e emitir juízos morais (baseados em princípios internos) e agir de acordo com tais juízos”. Esse conceito é muito importante para os estudiosos do desenvolvimento moral em geral, e para os estudiosos da formação ética do profissional em particular, quando se dedicam ao estudo de como transformar teoria e técnica em uma práxis que seja socialmente comprometida (BATAGLIA, 2010, p. 84).

Nesse sentido, para que o sujeito possa ajuizar valores é necessário pensar sobre suas ações, ou seja, ter a capacidade cognitiva de raciocinar, condição esta necessária, mas não suficiente para poder tomar decisões acerca de determinadas situações.

Segundo Georg Lind, competência moral é a capacidade dos sujeitos de poderem resolver conflitos e problemas através de deliberação e discussão, sem assim fazer uso da força ou da violência, ou ainda submeter-se a uma autoridade.

Lind (2000) afirma que o conceito de moralidade não deve ser visto como a mera conformidade às normas estabelecidas. O autor esclarece que antes dos postulados de Kohlberg, as ações para a promoção de uma educação moral se mostraram infrutíferas, pois faltava-lhe generalidade e dignidade científica. Segundo Lind (2000), “Kohlberg transformou a moralidade em um assunto de pesquisa científica, ao invés de um mero objeto de discurso religioso ou político” (LIND, 2000, p. 399).

Com isso, Lind (2000) afirma que:

Através de sua pesquisa inovadora, Kohlberg abriu a possibilidade de um conhecimento científico sobre uma educação moral sistemática que vá além da doutrinação moral de um lado e do relativismo moral desinteressado de outro. Isso pode provar um dia seu inestimável serviço para assegurar a democracia (LIND, 2000, p. 400).

Podemos perceber, portanto, que os estudos desenvolvidos por Kohlberg possibilitaram uma nova visão de educação moral, ou seja, uma educação sistemática que possa promover a verdadeira democracia.

Em relação ao desenvolvimento moral dos indivíduos, Lind afirma que as questões relacionadas à razão e emoção estão ligadas intimamente – mais ligadas do que podemos imaginar. Isso ocorre, segundo o autor:

Porque a competência moral está, em sua maioria, escondida na nossa inconsciência, não podemos investigá-la simplesmente pedindo aos atores de uma dada situação que a descrevam. Para isso, precisamos empregar um teste experimental, como o *Teste de Competência Moral* (LIND, 2016, p. 05).

Para Lind (2016) o termo competência moral é um conceito distinto, sendo o maior desafio da educação moral promover a competência moral dos indivíduos. O autor esclarece como sendo competência moral a capacidade dos sujeitos de resolverem seus problemas e conflitos, utilizando como base os princípios morais universais através do

pensamento e da discussão, sem a necessidade de utilizar a submissão, o engano e a violência.

O autor salienta ainda, que a competência moral possui duas faces, uma face individual e uma face sócio-comunicativa. “Quando olhamos para a capacidade dos indivíduos de lidar com dilemas morais, estamos falando de *competência moral*” (LIND, 2016, p. 06).

Dessa maneira, estando a competência moral na inconsciência dos indivíduos se faz necessário o uso de testes experimentais para poder promover o desenvolvimento dela. Nesse sentido o Teste de Competência Moral (MJT) pode ser uma alternativa para o trabalho docente no contexto escolar.

A escola, assim, se mostra um campo profícuo de discussões e conseqüentemente de possibilidades de desenvolvimento da competência moral dos sujeitos que ali estão. Segundo Lind (2016), a democratização da sociedade depende muito da competência moral dos cidadãos e esse desenvolvimento moral depende de uma boa educação.

Nessa perspectiva, uma boa educação deve ser aquela que crie oportunidades para que os indivíduos possam praticar e aplicar a competência moral nesse ambiente. O autor enfatiza ainda que a aprendizagem das competências morais não ocorre somente nos ambientes escolares, ela ocorre também quando são possibilitadas discussões em família, no ambiente de trabalho e com vizinhos.

Porém nem todos os sujeitos têm oportunidade de participar de discussões, e muitos, quando participam, sentem medo de expor suas opiniões e serem rejeitados pelos demais.

O autor nos traz uma indagação: “como a competência moral pode ser ensinada?”. A educação deve proporcionar o desenvolvimento dessa

capacidade, mas para isso, a mesma precisa estar alicerçada nos ideais democráticos, e com isso, então, poderá engajar os sujeitos em um processo ativo de decisões democráticas.

Segundo Lind (2016),

A competência moral *deve* ser aprendida se quisermos que os indivíduos resolvam problemas e conflitos de forma adequada e justa, através da deliberação e do discurso, e não por meios injustos. Isto coloca grandes exigências à educação porque as instituições de educação precisam promover o ambiente e as oportunidades necessárias para a aprendizagem moral (LIND, 2016, p. 08).

Para que a educação promova o desenvolvimento da competência moral dos sujeitos, Lind (2016) propõe que a implementação do método de discussão do dilema pode ser eficaz nesse desenvolvimento, porém, para seu êxito é necessário que os professores tenham uma formação aprofundada e formadores competentes.

O Teste de Juízo Moral

Em relação ao MJT, Bataglia (2010) esclarece que o mesmo foi elaborado para avaliar o nível de competência moral e não o nível de juízo moral dos indivíduos.

A autora explica que o referido instrumento “é um questionário que confronta o sujeito com dilemas morais e solicita que sejam avaliados

argumentos a favor e contra a atitude do personagem principal do dilema e inclui originalmente duas estórias” (BATAGLIA, 2010, p. 84).

Nessas histórias, os personagens principais são colocados em situações de dilemas, sendo que qualquer que sejam suas decisões serão colocadas em conflitos com algumas regras sociais e pessoais em alguns casos. O sujeito precisa avaliar as decisões tomadas pelo protagonista da história. Bataglia (2010) enfatiza que após isso, o sujeito “é convidado a avaliar seis argumentos a favor da decisão do protagonista e seis contrários. Tais argumentos representam os diferentes níveis de raciocínio moral de acordo com os seis estágios descritos por Kohlberg (1964)” (BATAGLIA, 2010, p. 85)

A autora esclarece que o instrumento proposto por Lind possui dois propósitos:

[...] permite-nos testar as modernas teorias de desenvolvimento moral e educação e permite-nos avaliar métodos educacionais em relação ao seu poder de elevar a competência moral dos sujeitos submetidos a eles. Em busca de satisfazer a esses dois propósitos, o MJT deve ter validade teórica e ser útil do ponto de vista educacional (BATAGLIA, 2010, p. 85).

Com isso, podemos perceber que o Teste de Julgamento Moral (MJT) proposto por Georg Lind pode nos ajudar a desenvolvermos um trabalho na escola que possa ajudar os alunos no que tange ao seu desenvolvimento moral. Nessa perspectiva, a educação é considerada por Lind como a principal ferramenta para o desenvolvimento da competência

moral, porém, se faz necessário processos pedagógicos que ofereçam situações para o desenvolvimento da mesma.

Nessa perspectiva, os docentes precisam planejar intervenções que promovam o desenvolvimento da competência moral nos indivíduos, tornando-os mais críticos, ativos e reflexivos e o Teste de Julgamento Moral (MJT) se mostra como um importante instrumento nesse processo, pois detecta alterações no desenvolvimento da competência de juízo moral dos sujeitos.

Dessa maneira, o trabalho docente poderá contribuir de maneira positiva para a construção de sujeitos cada vez mais conscientes acerca de seus papéis em uma sociedade democrática e justa.

Possibilidades de Promover a Educação Moral na Escola

Ao pensarmos a possibilidade de uma educação moral no ambiente da escola, primeiramente devemos pensar na construção de um ser humano em constante transformação devido às suas atitudes, ações e relações. Segundo Santos e Trevisol (2016),

[...] por meio das relações sociais, culturais e de valor, estabelecidas ao longo da convivência e ligadas ao desenvolvimento intelectual e afetivo, e também por meio dos conflitos ou problemas vivenciados, que os indivíduos aprimoram ou desenvolvem sua moralidade (SANTOS; TREVISOL, 2016, p. 21).

Dessa maneira é de extrema importância que esse processo de construção e desenvolvimento moral seja compreendido por todos os profissionais da educação para assim poderem planejar e organizar situações e estratégias que possam favorecer esse processo.

Nessa perspectiva, as atividades escolares devem ser planejadas com o intuito de levar os alunos a refletirem sobre diversos temas. Santos e Trevisol (2016) esclarecem que “os procedimentos educativos devem privilegiar atividades que envolvam situações de problematização em pequenos grupos, nas quais o diálogo e as ações democráticas sejam priorizados.” (SANTOS; TREVISOL, 2016, p. 21).

No contexto da educação moral, o professor possui extrema importância, pois cabe a ele mediar os conflitos que por ventura possam acontecer em sala de aula, além de possibilitar aos alunos discutirem seus anseios, frustrações, levando-os a refletirem sobre as consequências de seus atos.

Santos e Trevisol (2016) enfatizam a importância da parceria entre família e escola nesse processo de educação moral. Para as autoras, essa parceria contribui de maneira eficaz no desenvolvimento moral dos alunos, porém as instituições devem ter clareza acerca de seu papel.

Em relação a importância da família nesse processo, Magro e Trevisol (2014, p.40) esclarecem que

A família é o primeiro grupo social de que a criança faz parte. Nele se inicia o processo de assimilação das regras sociais, padrões de comportamento, noções de direitos e deveres, crenças, linguagem e outras características peculiares que lhe serão úteis para poder viver em sociedade (MAGRO; TREVISOL, 2014, p. 40).

Percebemos que a família possui um papel de grande importância no que tange ao desenvolvimento moral dos sujeitos, pois são os primeiros exemplos que a criança possui. Nesse sentido, a família precisa estar consciente de seu papel nessa formação.

A escola se configura como sendo o segundo grupo social, posterior ao grupo familiar. Logo, pode contribuir de maneira satisfatória para a efetivação da construção da educação moral, pois, segundo Santos e Trevisol (2016) ao propor

[...] condições propícias ao desenvolvimento de aspectos importantes ao bom relacionamento entre os sujeitos, tais como o respeito entre alunos e professores, a cooperação por meio de atividades coletivas e a compreensão de diferentes percepções provenientes de discussões e reflexões sobre conceitos próprios de cada um. Esse conjunto de procedimentos refletirá na moral de cada sujeito, constituindo-se aspecto importante na construção autônoma e favorecendo a tomada de decisões no cotidiano (SANTOS; TREVISOL, 2016, p. 23).

Para que a prática da educação moral possa ser efetivada no ambiente escolar, primeiramente a escola precisa “revisitar seu currículo e estar atenta às explicitações de seu Projeto Político-Pedagógico, que, certamente, contempla aspectos da formação humana para a construção da autonomia plena, crítica e reflexiva dos alunos” (SANTOS; TREVISOL, 2016, p. 27).

Nesse contexto, se torna também necessário que os professores com conhecimentos a respeito desse processo de educação moral possam

estimular e contemplar atividades que possam ser realmente significativas e atrativas para os alunos e que possam leva-los à reflexão.

Quando a escola e seus profissionais compreenderem realmente o processo de desenvolvimento moral de cada indivíduo, poderão, assim, possibilitar a esperança de uma escola melhor, capaz de promover o desenvolvimento de sujeitos realmente autônomos para atuarem criticamente em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, as contribuições de Georg Lind são inúmeras. O referido autor nos mostra que é possível promover uma educação moral nas escolas, mas que para isso é necessário que os docentes tenham uma formação aprofundada. O método Comunidade Justa e o Método Konstanz de Discussão de Dilema (KMDD) são alternativas que podem ser utilizadas para o desenvolvimento da competência moral nos indivíduos no contexto escolar.

Conclusão

Esse breve estudo nos possibilitou compreendermos melhor o termo competência moral, também permitindo percebermos o quanto se torna importante o desenvolvimento de uma educação que possibilite aos indivíduos o desenvolvimento de sua competência moral. Além disso, foi viabilizado compreendermos que para a promoção de uma educação que possa desenvolver tais capacidades é necessário que os professores tenham conhecimentos aprofundados de como possibilitar que essa capacidade seja desenvolvida nos indivíduos. Para isso, é preciso formadores capacitados para habilitar os professores para o desenvolvimento de um trabalho que promova o desenvolvimento da competência moral em seus alunos.

Outro aspecto que julgamos ser relevante é o fato de a escola se tornar um ambiente democrático que possa promover discussões acerca de diversos temas, onde os alunos possam ter a oportunidade de expor suas ideias e discuti-las. Se realmente queremos formar uma sociedade justa e democrática, onde seus cidadãos possam ter seus direitos reconhecidos, é de extrema importância que o sistema educacional seja reestruturado com bases nos ideais de uma educação moral.

Somente assim poderemos formar sujeitos realmente autônomos que lutem pelos seus direitos, respeitem seus semelhantes e que estejam comprometidos com as ideias morais propostos por Georg Lind.

Referências

BATAGLIA, P. U. R. A Validação do Teste de Juízo Moral (MJT) para Diferentes Culturas: O Caso Brasileiro. **Revista Psicologia: Reflexão e crítica**. v. 23, n. 1, p. 83-91, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v23n1/a11v23n1.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

LIND, G. O Significado e Medida da Competência Moral Revisitada Um Modelo do Duplo Aspecto da Competência Moral. **Revista Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 3, p. 399-416, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/prc/v13n3/v13n3a09.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2020.

LIND, G. **How to teach morality, Promoting Deliberation and Discussion, Reducing Violence and Deceit**. Editora Logos Verlag, Berlin: 2016.

MAGRO, A. N.; TREVISOL, M. T. C. **Escola, família e a construção de valores: Um estudo a partir da óptica de pais e profissionais da**

educação. Ed. Leopoldianum, ano 40, n. 1010-11-112, 2014.
Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/482-
Texto%20do%20Artigo-1235-1-10-20150409.pdf. Acesso em: 20 de
nov. 2020.

Müller, A., & Alencar, H. M. de. (2012). Educação moral: o aprender e
o ensinar sobre justiça na escola. **Educação E Pesquisa**, 38(2), 453-468.
Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/47888/51620>. Acesso em: 10
jul. 2021.

SANTOS, A. C. B. H.; TREVISOL, M. T. C. A escola e o
desenvolvimento moral do aluno: concepções, práticas e desafios dos
profissionais da educação. **Revista de Educação**. v.21, n. 1, p. 19-29,
2016. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/2895-9126-2-
PB%20(1).pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

VINHA, T. P.; NUNES, C. A. A. O desafio da convivência: ao tratar da
mesma forma indisciplina e violência, escola perde oportunidade de agir
de forma reflexiva e transformadora. **Cadernos Globo**, Rio de Janeiro, v.
14, p. 70-79, nov. 2018. Disponível em:
[http://app.cadernosglobo.com.br/banca/volume-14/pdf/70-
79_desafio_de_convivencia.pdf](http://app.cadernosglobo.com.br/banca/volume-14/pdf/70-79_desafio_de_convivencia.pdf) Acesso em: 15 jan. 2020.

VINHA, T. P.; TOGNETTA, L. R. P. CONSTRUINDO A
AUTONOMIA MORAL NA ESCOLA: os conflitos interpessoais e a
aprendizagem dos valores. **Revista diálogo educacional**, v. 9, n. 28, p.
525-540, 2009. Disponível em:
[https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3
16/3226](https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/316/3226). Acesso em: 12 nov. 2020.

